PARTIDO
LIBERAL SOCIAL

LEGISLATIVAS 2025
PROGRAMA ELEITORAL

AGENTES DE MUDANÇA

WWW.PARTIDOLIBERALSOCIAL.PT

INTRODUÇÃO

Portugal encontra-se num momento decisivo, perante desafios, nacionais e internacionais, que exigem novas soluções e coragem para mudar.

É neste contexto que surge o Partido Liberal Social, uma força nova e dinâmica que se apresenta aos portugueses pela primeira vez em eleições legislativas.

Somos um partido **reconhecido recentemente pelo Tribunal Constitucional, em 11 de março de 2025**, mas profundamente convicto de que a nossa juventude é uma vantagem.

A participação nestas eleições é um marco essencial para o Partido Liberal Social, não apenas pela oportunidade de apresentarmos as nossas propostas, mas sobretudo por acreditarmos que é urgente renovar a política em Portugal.

A nossa democracia só será forte e resiliente com a contribuição ativa de todos, especialmente das novas gerações, que precisam sentir que o seu futuro depende das escolhas feitas hoje.

Incentivamos por isso todos os portugueses a exercerem o seu direito de voto e a envolverem-se no debate democrático.

PARTIDO
LIBERAL SOCIAL
LEGISLATIVAS 2025

Respeitando os nossos Estatutos que definem que… "**Os Programas Eleitorais são os documentos que acompanham candidaturas políticas do Partido Liberal Social a eleições externas e devem conter uma visão estratégica para a eleição em que serão apresentados**… "

Este programa eleitoral é assim um convite para repensarmos juntos o paradigma em que queremos viver.

Apresentamos mudanças estratégicas, convictos de que o atual modelo de desenvolvimento já não responde às necessidades reais dos cidadãos.

Escolher é difícil, mas fundamental para quem quer reformar. Faremos sempre o caminho de apresentar as nossas escolhas, sem ser populistas, ou tentar agradar a todos.

Estamos motivados e preparados para assumir este compromisso, com humildade perante a responsabilidade e entusiasmo perante os desafios.

É com esta determinação que convidamos todos os portugueses a juntarem-se a nós neste caminho de mudança.

Contamos contigo para construir este futuro.

O PARTIDO LIBERAL SOCIAL

O Partido Liberal Social nasce da convicção profunda de que é possível aliar liberdade com dinamismo social, iniciativa individual com solidariedade coletiva, e progresso económico com sustentabilidade ecológica.

Esta visão não é apenas um ideal, mas sim uma prática concreta, vivida por sociedades europeias mais avançadas, as quais admiramos e com as quais partilhamos valores fundamentais.

Somos Liberais porque acreditamos profundamente na força, criatividade e liberdade individual de cada cidadão. O liberalismo que defendemos rejeita o autoritarismo em todas as suas formas, sejam estas provenientes da esquerda ou da direita, conservadoras ou progressistas. O nosso compromisso é com a liberdade plena de escolha e de expressão, sempre em respeito pela liberdade dos outros.

Somos Sociais porque entendemos que a verdadeira liberdade só é possível com igualdade de oportunidades. Acreditamos num sistema social eficaz, com elevada mobilidade social, que proteja aqueles que realmente precisam e garanta condições dignas a todos, sem cair no assistencialismo paternalista nem na expansão descontrolada do Estado. A nossa visão social promove uma rede de segurança responsável e sustentável que estabelece acordos entre a sociedade e o cidadão.

Somos Ecologistas porque acreditamos na preservação dos nossos ecossistemas como uma visão estratégica de desenvolvimento, assim como, uma responsabilidade perante as gerações futuras. A nossa política ecológica aposta na inovação, na ciência, na educação e numa consciência ecológica que envolva todas as comunidades.

Como partido, estruturamos a nossa ação política assente em três pilares essenciais: capital organizacional, capital humano e capital intelectual. Apostamos na eficiência e transparência internas, utilizando ferramentas digitais para dinamizar a participação dos nossos membros e simpatizantes, garantindo processos claros, éticos e transparentes.

Privilegiamos a formação contínua dos nossos membros através da nossa Academia de Formação e do nosso Centro de Estudos, promovendo a capacitação política, económica, social e ecológica. Queremos que cada membro seja não só um participante ativo, mas também um verdadeiro agente de mudança na sociedade portuguesa.

Praticamos uma política de proximidade, defendendo a descentralização como princípio fundamental, tanto dentro do partido como na gestão pública. Estamos comprometidos em trazer as decisões políticas para mais perto dos cidadãos, envolvendo as comunidades locais e regionais em processos participativos, transparentes e eficazes.

Somos reformistas porque acreditamos que Portugal precisa urgentemente de reformas estruturais. Queremos um Estado moderno, digital e desburocratizado, uma justiça independente e rápida, um sistema eleitoral próximo dos cidadãos, e uma economia aberta, competitiva e inovadora.

Somos europeus convictos e valorizamos profundamente as relações atlânticas. Apostamos numa política externa ativa, participativa e alinhada com as nossas alianças históricas e estratégicas, como a União Europeia, a NATO e a CPLP, sempre defendendo os interesses nacionais e contribuindo para um mundo mais pacífico e estável.

O Partido Liberal Social não é um partido de protesto. Somos um partido de soluções pragmáticas e de governação responsável. Apresentamo-nos aos portugueses como uma verdadeira alternativa ao bipartidarismo e ao estatismo enraizados na política nacional, oferecendo uma visão do futuro que desejamos construir juntos.

LIBERAL SOCIAL ECOLOGISTA

PORQUÊ O LIBERALISMO SOCIAL

Portugal encontra-se numa encruzilhada, confrontado com desafios económicos, sociais e ecológicos significativos. É precisamente nesta interseção que o Liberalismo Social oferece soluções mais eficazes e comprovadas.

O Liberalismo Social destaca-se como a ideologia capaz de responder às necessidades contemporâneas de Portugal. **Ao olhar para a realidade dos países mais desenvolvidos da Europa, como os Países Baixos, a Dinamarca ou a Suíça, é evidente que a combinação de liberdade económica e social com uma rede sólida de proteção social promove não só o crescimento económico sustentável, mas também altos níveis de bem-estar e coesão social.**

Estes países, que frequentemente lideram rankings mundiais de qualidade de vida, competitividade económica e felicidade, demonstram claramente que ser liberal não significa abdicar do social. Pelo contrário, os países mais liberais são precisamente aqueles que mais investem em políticas sociais, muitas vezes apresentando gastos sociais elevados em percentagem do PIB per capita, sem comprometer a eficiência económica nem a liberdade individual.

A nossa escolha pelo Liberalismo Social assenta na convicção de que a verdadeira liberdade individual é indissociável de um sistema social eficiente e sustentável. Este modelo assegura oportunidades iguais para todos os cidadãos, independentemente da sua origem ou condição social, promovendo uma sociedade dinâmica e inovadora, com elevada mobilidade social.

Acreditamos firmemente num mercado aberto, competitivo e livre, como motor fundamental para a criação de riqueza e emprego. Contudo, reconhecemos que só um Estado eficiente e transparente pode assegurar a igualdade de oportunidades e uma rede de segurança social justa e sustentável. É este equilíbrio que o Liberalismo Social propõe e que está na génese dos países europeus com maior sucesso social e económico.

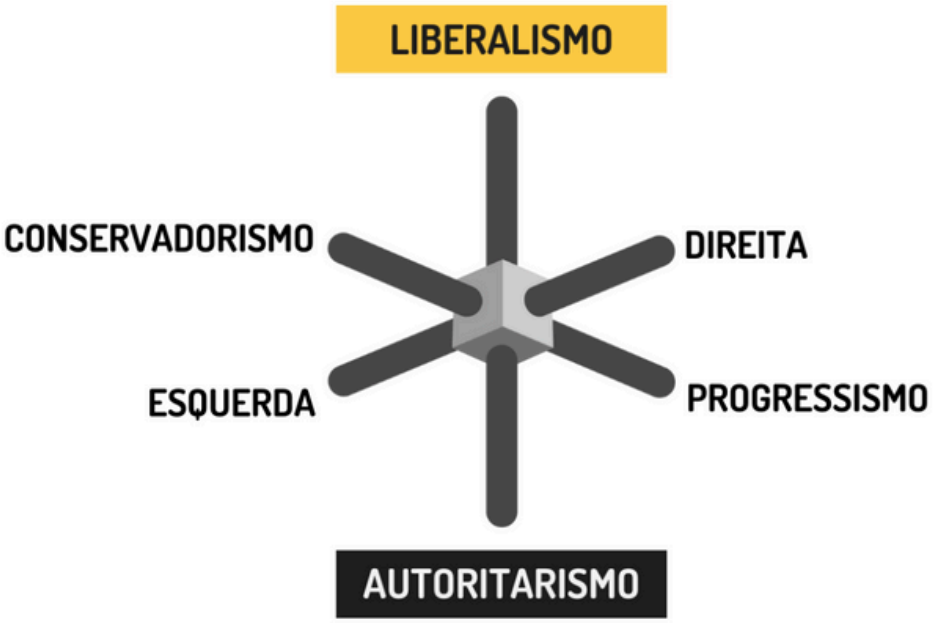
A experiência internacional mostra-nos claramente que o aumento da despesa social não precisa de estar associado a uma expansão descontrolada do Estado, nem à perda de competitividade. Pelo contrário, a responsabilidade fiscal, a eficiência da gestão pública e a inovação nas políticas sociais são características distintivas das sociedades liberais sociais, que conjugam liberdade económica com solidariedade coletiva.

Optar pelo Liberalismo Social é optar por uma sociedade mais livre, mais justa e mais sustentável. É optar por um Estado que funciona ao serviço dos cidadãos, não como um fim em si mesmo, mas como um meio para garantir a dignidade humana, a igualdade de oportunidades e o progresso económico sustentável.

O Liberalismo Social oferece a Portugal a possibilidade real de mudar o estigma de décadas de estatismo e burocracia excessiva, ao mesmo tempo que promove um investimento eficaz e sustentável na dimensão social.

Chegou o momento de colocar Portugal no caminho certo. O Liberalismo Social não é apenas uma opção ideológica, mas uma solução prática e comprovada, capaz de responder aos desafios contemporâneos do nosso país.

Acreditamos profundamente que esta é a escolha mais acertada para garantir um futuro mais próspero, justo e livre para todos os portugueses.



5 PRIORIDADES

12 IDEIAS PARA MUDAR PORTUGAL

ÍNDICE

REFORÇAR A DEMOCRACIA

01 Construir uma Justiça que Garanta a Liberdade Individual
02 Implementar um Sistema Eleitoral Digital com Candidaturas Nominais

REFORMAR O ESTADO

03 Descentralizar e Gerir o Território com Propósito
04 Estabelecer uma Cultura de Mérito e Transparência
05 Consolidar uma Política Externa Ativa e Estratégica

DINAMIZAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS

06 Reformular a Relação do Estado com a Sociedade e com os Mercados
07 Desenvolver uma Estratégia Nacional para a Habitação

FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO

08 Potenciar o Mar como Estratégia Económica Diferenciadora
09 Apostar na Tecnologia e na Ciência como Pilares de Desenvolvimento
10 Defender a Ecologia como Cultura de Desenvolvimento

APOSTAR NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

11 Agir Socialmente com Compromisso
12 Promover uma Educação centrada nas Competências Pessoais

REFORÇAR A DEMOCRACIA

CONSTRUIR UMA JUSTIÇA QUE GARANTA A LIBERDADE INDIVIDUAL

A Justiça é um pilar essencial da democracia e do desenvolvimento económico. A lentidão da Justiça portuguesa é referida recorrentemente como um dos maiores custos de contexto da economia portuguesa.

Portugal é um dos países europeus com piores Índices de justiça cível e criminal.

O **Partido Liberal Social** defende uma Justiça como garante supremo da liberdade, tanto dos cidadãos como das empresas. Sem uma Justiça célere, independente e eficaz, não há verdadeira liberdade individual, nem confiança para investir, empreender ou inovar. Uma justiça que funcione de forma independente do poder político, transparente, próxima dos cidadãos, e que atue de forma rápida e previsível.

Países com sistemas judiciais mais rápidos e previsíveis, como a Dinamarca, Países Baixos ou Estónia, têm maiores índices de liberdade económica, maior investimento privado e maior resiliência social.

Índices de justiça cível e criminal

Justiça cível	19º	Justiça criminal	24º
Sem atrasos	20º	Livre de corrupção	14º
Capacidade para aceder à justiça	17º	Processo legal e direito de arguídos	24º
Mecanismos alternativos de resolução de litígios	20º	Sistema de investigação eficaz	28º

Fonte: WJP Rule of Law Index 2023

Justiça e liberdade: dois lados da mesma moeda

Sem confiança na Justiça, a liberdade individual fica comprometida. Os direitos fundamentais tornam-se vulneráveis e o ambiente económico degrada-se. Uma Justiça lenta é, na prática, uma negação da liberdade.

Além disso, uma Justiça ineficaz tem enormes custos económicos:
• Atrasos judiciais reduzem o crescimento económico pela perda da confiança;
• Falta de segurança jurídica afasta investimento, encarece o crédito e prejudica a inovação;
• Incerteza judicial desincentiva o empreendedorismo e favorece o imobilismo económico.

Uma Justiça verdadeiramente independente é também uma Justiça que preste contas à sociedade, através da transparência dos seus resultados e da avaliação do desempenho dos tribunais.

Queremos uma Justiça:

• Mais rápida, estabelecendo prazos máximos para processos judiciais, administrativos e fiscais, revendo as regras administrativas e processuais (exclui os de elevada complexidade, assim definidos pelo Magistrado);
• Mais próxima, com maior recurso à mediação e arbitragem em todo o país, integrados na rede de acesso à Justiça, para resolver conflitos simples em prazos curtos;
• Mais justa, em que nos processos entre o Estado e os Cidadãos nos Tribunais Administrativos e Fiscais devem ter sentença emitida no máximo tempo definido (exclui os de elevada complexidade, assim definidos pelo Magistrado), com garantias na defesa do contribuinte (particular ou empresa) e igualdade de tratamento perante o Estado;
• Mais transparente, com comunicação regular dos tempos médios de decisão em cada tribunal;
• Mais digital, promovendo a digitalização de processos, a automatização de tarefas repetitivas e a consulta eletrónica de processos, assegurando transparência, rastreabilidade e rapidez.

REFORÇAR A DEMOCRACIA

IMPLEMENTAR UM SISTEMA ELEITORAL DIGITAL COM CANDIDATURAS NOMINAIS

A ligação entre os cidadãos e os seus representantes políticos está hoje enfraquecida, contribuindo para a desconfiança, o afastamento da vida pública e o aumento da abstenção.

No Índice Global State Democracy da IDEA International Portugal figura em lugares inferiores aos países que temos por referência.

O **Partido Liberal Social** defende a implementação de um modelo eleitoral que permita candidaturas nominais (votar na pessoa e não em listas) apresentadas pelos partidos, e o voto eletrónico, possibilitando que os eleitores escolham diretamente o seu deputado no círculo eleitoral, reforçando a ligação entre o eleito e eleitor, a prestação de contas e a transparência. (Não confundir com círculos uninominais)

Portugal precisa de dar este passo para aproximar a política dos cidadãos, devolvendo-lhes o poder efetivo de escolha dos seus representantes e criando condições para uma democracia mais robusta e participativa.

Global State of Democracy Indice 2023

País	Índice Rule of Law
Alemanha	0,95
Países Baixos	0,78
França	0,77
...	
Portugal	0,65
Grécia	0,64

Fonte: IDEA International - Global State of Democracy Indices 2023

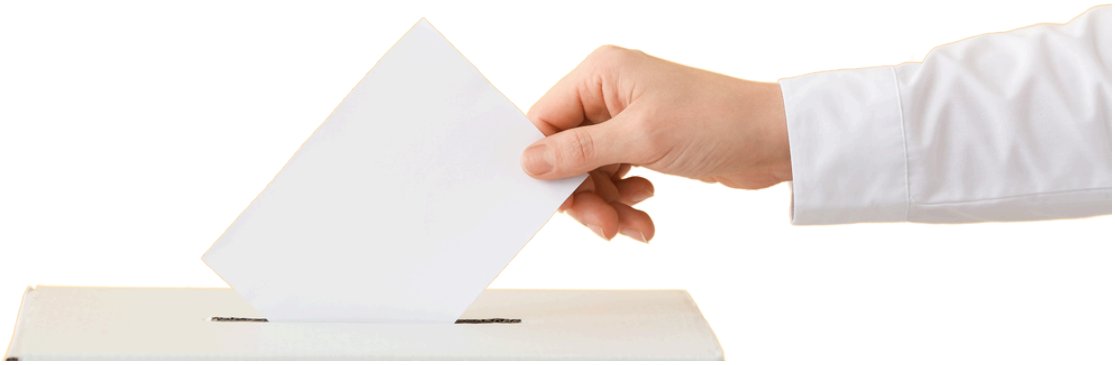
Voto direto para fortalecer a democracia

Estudos académicos, como o "Working Paper on Citizens' Participation and Electoral Linkages" do projeto RECONNECT, mostram que sistemas eleitorais que promovem uma relação mais direta entre eleitores e eleitos aumentam a satisfação democrática e melhoram a confiança no sistema político.

Outros relatórios da Comissão Europeia reforçam que esta ligação direta é um dos fatores decisivos para reduzir a alienação política e aumentar a participação cívica.

Modernizar também os instrumentos de voto

A reforma eleitoral deve ser acompanhada da implementação do voto eletrónico seguro, auditável e acessível, como ferramenta para:
• Facilitar a participação, em especial dos emigrantes e cidadãos com dificuldades de mobilidade;
• Reduzir os custos operacionais do processo eleitoral;
• Tornar o processo de votação mais rápido, transparente e eficiente.
O voto eletrónico, testado com sucesso em países como a Estónia, permite aumentar a participação e a confiança nas eleições, quando implementado com garantias de segurança e auditoria independente.



Queremos para reforçar a democracia:

• Implementar uma Reforma Eleitoral que introduza candidaturas nominais nos círculos eleitorais, mantendo o enquadramento partidário, mas garantindo que os eleitores escolhem diretamente as pessoas que querem ver no Parlamento.
• Avaliar um Programa Nacional de Voto Eletrónico, garantindo segurança, confidencialidade e auditoria pública dos resultados.
• Difundir literacia política nas escolas sobre o funcionamento dos Órgãos Nacionais e Locais, assim como, do processo eleitoral.

REFORMAR O ESTADO

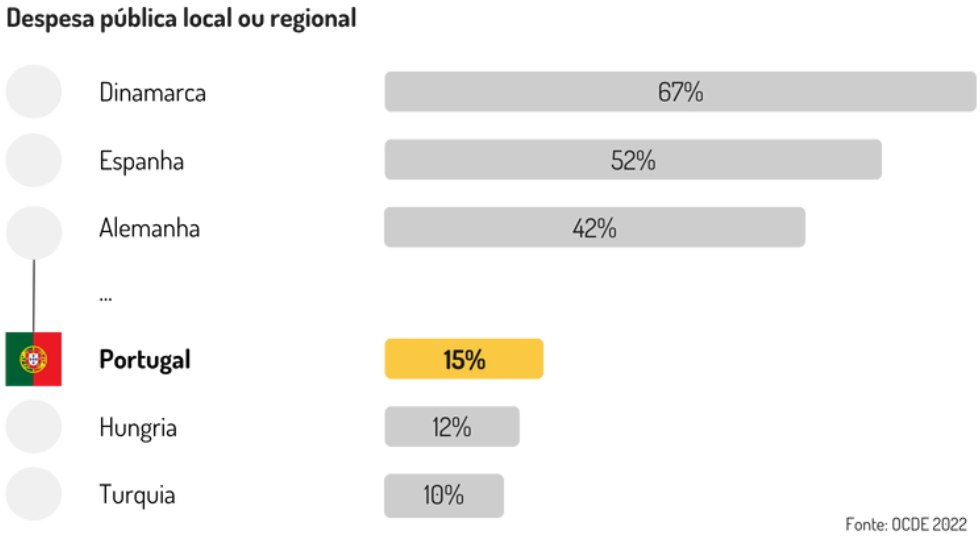
DESCENTRALIZAR E GERIR O TERRITÓRIO COM PROPÓSITO

Portugal é hoje um dos países mais centralistas da OCDE, como indicam estudos recentes e o Índice de Descentralização do Comité das Regiões da União Europeia. Este centralismo bloqueia o desenvolvimento equilibrado do território, agrava as assimetrias sociais e económicas, e torna o Estado menos eficiente e mais distante dos cidadãos.

Portugal é um dos países mais centralistas da OCDE. Apenas 15% da despesa pública é local/regional.

O **Partido Liberal Social** defende uma descentralização clara e efetiva, com transferência de funções e recursos financeiros para as regiões e municípios, permitindo uma gestão pública mais próxima, eficaz e inovadora. O ordenamento do território deve ser planeado de forma estratégica, respeitando as identidades locais, mas promovendo também a competitividade, a inovação e a coesão social.

Queremos um país em que todas as regiões possam desenvolver o seu potencial, combater a desertificação do interior e criar novas oportunidades de vida, trabalho e investimento.



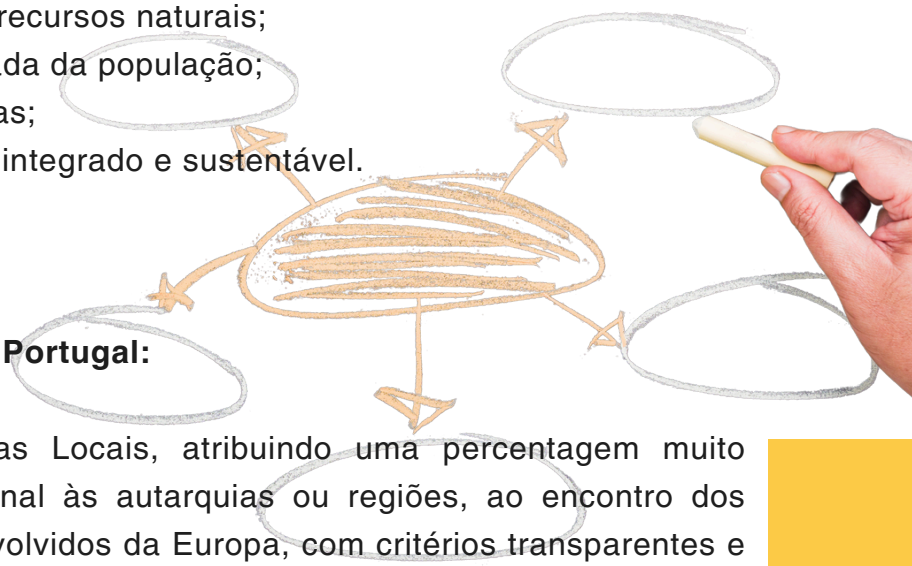
Vantagens da descentralização

Os países com maior descentralização são mais bem-sucedidos na dinamização económica regional, na inovação social e na redução das desigualdades.

Modelos de referência como Suíça, Alemanha, Países Baixos ou Dinamarca demonstram que quando os níveis locais e regionais têm recursos e autonomia, conseguem responder melhor às necessidades dos cidadãos e adaptar as políticas públicas à realidade concreta de cada território.

Portugal precisa de dar este passo com coragem e visão de futuro.

Rever o ordenamento territorial é fundamental para promover:
• Uma gestão mais racional dos recursos naturais;
• Uma distribuição mais equilibrada da população;
• A preservação dos ecossistemas;
• O desenvolvimento económico integrado e sustentável.



Queremos para descentralizar Portugal:

• Reformar a Lei das Finanças Locais, atribuindo uma percentagem muito superior da receita fiscal nacional às autarquias ou regiões, ao encontro dos padrões dos países mais desenvolvidos da Europa, com critérios transparentes e objetivos de coesão territorial.
• Descentralizar mais competências do estado, colocando o poder de decisão e operacionalização próximo das pessoas, permitindo uma adaptação das mesmas aos contextos sociais locais e regionais.
• Criar Planos Regionais ou Intermunicipais Integrados de Desenvolvimento, obrigatórios e participados, com metas anuais e financiamento plurianual, ligando ordenamento do território a estratégias económicas e sociais locais.
• Definir polos regionais de investimento, para dinamizar, a já existente, ou criação de uma nova realidade económica, alinhando também a oferta de ensino superior público na região com estes polos de desenvolvimento.
• Deslocalizar algumas das estruturas de apoio ao Estado central, no âmbito do plano de descentralização a implementar em cada região para dar relevância nacional a todos os distritos.
• Implementar um Índice Anual de Descentralização e Desenvolvimento Regional, publicado pelo INE, para medir o grau de descentralização e a eficácia das políticas públicas em cada região.

REFORMAR O ESTADO

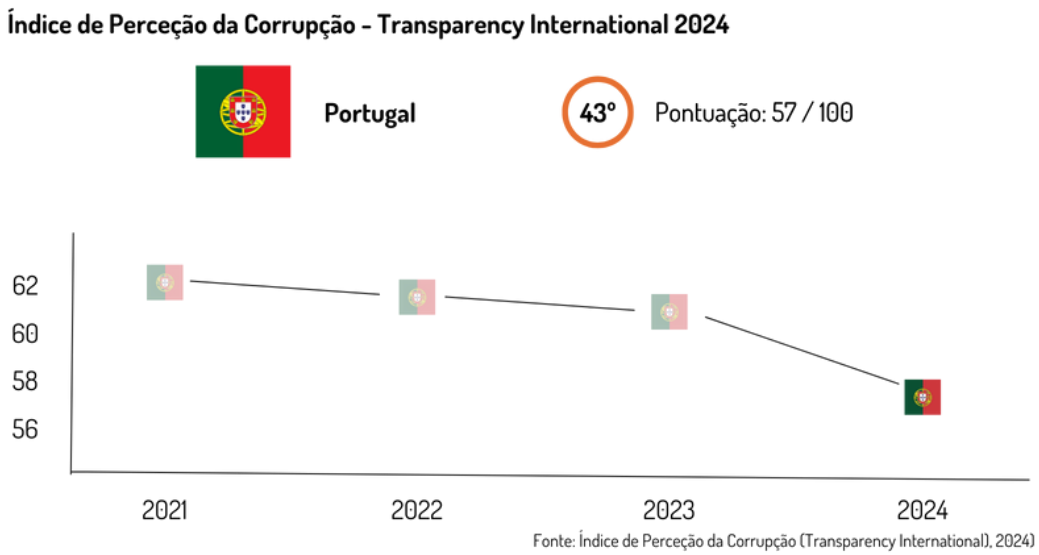
ESTABELECER UMA CULTURA DE MÉRITO E TRANSPARÊNCIA

A construção de um Estado moderno, eficiente e próximo dos cidadãos exige uma transformação profunda da sua cultura interna: uma administração pública baseada no mérito e na transparência. Sem mérito, a qualidade dos serviços públicos degrada-se. Sem transparência, cresce a corrupção, a ineficiência e o descrédito das instituições.

O **Partido Liberal Social** defende que o mérito deve ser o principal critério de recrutamento, progressão e liderança na administração pública. Queremos serviços públicos compostos por profissionais competentes, motivados e selecionados de forma justa, em processos transparentes e escrutináveis.

E para haver mérito, tem de haver transparência. Transparência nos objetivos, nos resultados das políticas públicas, nos resultados de gestão dos organismos públicos, nas medidas de qualidade dos serviços públicos, no impacto na riqueza criada e na redução da pobreza e desigualdade social.

Portugal ocupa o 43.º lugar no Índice de Perceção da Corrupção (Transparency International, 2024), o que demonstra uma falta de confiança preocupante nas instituições.



Exemplos de sucesso

Países como a Dinamarca ou os Países Baixos apostaram numa administração pública meritocrática e transparente, conseguindo níveis muito superiores de:
• Satisfação dos cidadãos com os serviços públicos;
• Confiança nas instituições democráticas;
• Eficiência e inovação no setor público.
Portugal deve seguir este caminho, aproveitando também a renovação geracional em curso na administração pública para criar um novo modelo de gestão baseado em competência, responsabilidade e resultados e reduzir significativamente o peso da influência partidária nos lugares de administração do Estado.

Uma oportunidade histórica

Com um elevado número de reformas por aposentação nos próximos anos, temos uma oportunidade única para:
• Modernizar a função pública;
• Promover a cultura da responsabilidade e do serviço público;
• Tornar o Estado um exemplo de qualidade e rigor.

Queremos para defender a cultura de mérito:

• Reinventar o papel do INE, que deverá evoluir para ser também o Instituto que cria e gere a informação de gestão do Estado, publicando objetivos de gestão e de política dos organismos de todos os ministérios, os resultados das políticas públicas, os resultados de gestão dos organismos públicos, as medidas de qualidade dos serviços públicos, e naturalmente o impacto na riqueza criada e na redução da pobreza e desigualdade social.
• Rever o Sistema Nacional de Recrutamento Público para que seja baseado em Mérito, com provas públicas, júris independentes e critérios objetivos, para todos os cargos da administração pública, incluindo cargos de direção, mitigando a influência partidária na gestão operacional da Administração pública, atingindo-se um maior grau de despolitização da mesma.
• Promover mais Formação de Quadros Superiores, criando diferentes cursos nacionais universitários de Administração Pública, em complemento aos existentes, em parceria com as universidades nacionais, que forme líderes públicos focados na excelência, na inovação, no digital e na ética.

REFORMAR O ESTADO

CONSOLIDAR UMA POLÍTICA EXTERNA ATIVA E ESTRATÉGICA

Num mundo cada vez mais interdependente e competitivo, Portugal precisa de afirmar-se com uma política externa ativa, estratégica e alinhada com os seus valores fundamentais.

O **Partido Liberal Social** defende uma diplomacia moderna e pragmática, que saiba construir pontes, defender os interesses nacionais, que traga o atlântico como palco de desenvolvimento, tendo uma estratégia clara para a língua portuguesa, para a economia fora das fronteiras nacionais, para a participação na Europa, na CPLP e na NATO.

Portugal deve ser visto como um país fiável, inovador e proativo, capaz de construir parcerias estratégicas com valor acrescentado.

Portugal não pode ficar à margem destas dinâmicas. Precisa de uma política externa com visão, ambição e capacidade de influência

266 MILHÕES

FALANTES DE PORTUGUÊS EM TODO O MUNDO

Fonte: Estatista.com

O desafio geopolítico

Vivemos num contexto internacional marcado por:
• Tensões geopolíticas crescentes com guerras, terrorismo, conflitos económicos;
• Novas ameaças globais, ecológicas, tecnológicas e de Cibersegurança.
• Movimentos migratórios que desafiam a coesão social.

A importância da diplomacia económica e cultural

A política externa deve ser também:
• Um motor de atração de investimento e talento;
• Um instrumento de promoção da língua portuguesa, da cultura e da inovação;
• Uma alavanca para afirmar os valores democráticos num mundo em mudança.

Queremos uma política externa que:

• Coloque a língua como estratégica para a nossa participação no mundo.
• Reforce a presença de Portugal nas organizações multilaterais como a União Europeia, a NATO e a CPLP;
• Aposte no Atlântico como plataforma estratégica para o comércio, a inovação, a cultura e a diplomacia;
• Faça uma gestão criteriosa dos movimentos migratórios de acordo com as dinâmicas económicas do país e a capacidade de acolhimento.
• Promova os direitos humanos, a liberdade e a democracia em todos os fóruns internacionais;
• Desenhe uma nova estratégia de defesa em conjunto com os parceiros do mundo ocidental.
• Apoie a internacionalização das empresas portuguesas, abrindo novos mercados e oportunidades.
• Abra palco à comunidade emigrante muitas vezes longe da dinâmica de Portugal.

DINAMIZAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS

REFORMULAR A RELAÇÃO DO ESTADO COM A SOCIEDADE E COM OS MERCADOS

Portugal precisa de transformar a intervenção do Estado na sociedade e na economia.

O **Partido Liberal Social** defende um Estado pragmático, focado em cumprir as suas funções fundamentais — como garantir a justiça, a segurança, a defesa dos direitos e a coesão social, que seja catalisador do potencial humano e da inovação, e não um obstáculo à realização pessoal e empresarial.

Esta nova atitude muda a forma de estar do estado nos transportes, nas telecomunicações, na educação, na saúde, na energia, na habitação, na ciência e na transformação digital, dando mais liberdade de escolha ao cidadão e maior participação das empresas e da sociedade civil.

Rejeitamos o estatismo e o coletivismo. O Estado deve ser regulador sem ser intervencionista, defensor da concorrência e promotor de mercados livres e dinâmicos, onde cidadãos e empresas possam criar valor com responsabilidade.

Olhando também para o lado fiscal, o International Tax Competitiveness Index (ITCI) procura medir o grau de adesão do sistema fiscal de um país a dois aspectos centrais da política fiscal: competitividade e neutralidade.

Economic Freedom World Rankings 2025

Suiça	2º
Dinamarca	7º
Países Baixos	10º
...	
Letónia	24º
Portugal	**25º**

Fonte: The Heritage Foundation - Economic Freedom World Rankings 2025

Indíce de Competitividade Fiscal - ITCI

Estónia	1º
Luxemburgo	6º
Eslováquia	9º
...	
Polónia	31º
Portugal	**35º**
Colômbia	38º

Fonte: International Tax Competitiveness Index Ranking 2024

Uma nova função para o Estado

Portugal precisa de abandonar o modelo do Estado interventor, omnipresente e burocrático, e evoluir para um modelo de Estado regulador eficiente, que:
• Defina regras claras e justas;
• Promova a igualdade de oportunidades;
• Fiscalize com rigor, mas com neutralidade e transparência;
• Incentive a inovação, a sustentabilidade e a competitividade.

A regulação deve ser feita não para punir ou limitar, mas para libertar o potencial económico e social, criando um ambiente de confiança e previsibilidade.

A importância da relação Estado-mercado

Parte crucial desta transformação é simplificar o sistema fiscal e torná-lo competitivo e transparente. Um sistema fiscal simples:
• Aumenta o investimento estrangeiro e nacional;
• Reduz a informalidade e a evasão fiscal;
• Estimula a poupança, a inovação e o empreendedorismo.

Segundo o World Bank – Ease of Doing Business, países com regimes fiscais simplificados têm consistentemente maiores taxas de crescimento económico e melhor atração de talento e capital.

Queremos para uma regulação eficiente:

• Criar uma base normativa para as agências reguladoras, que assegure uma prática independente, competência para rever e simplificar regulações, eliminar barreiras à entrada de novos agentes económicos e garantir mercados livres e transparentes.
• Reformar o Sistema Fiscal para normalização, Simplificação Declarativa e impostos mais competitivos para pessoas e empresas, inspirado em modelos de sucesso como a Estónia.
• Aumentar a transparência através da Implementação de relatórios recorrentes de eficácia regulatória e propostas de simplificação legislativa.
• Abrir à sociedade a prestação de serviços, em setores abrangidos pelas políticas públicas, em que a sociedade civil pode participar na prestação de serviços aos cidadãos, de acordo com o plano específico de cada uma.

DINAMIZAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS

DESENVOLVER UMA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A HABITAÇÃO

Ter acesso a uma casa digna e acessível é essencial para que cada cidadão possa construir o seu projeto de vida com autonomia.

O **Partido Liberal Social** defende que a resposta à crise da habitação deve passar, por dinamizar a oferta para baixar os preços de mercado, libertar o mercado de arrendamento, descentralizar o país, criar políticas fiscais mais competitivas e dinâmicas de habitação pública autárquica.

O desafio habitacional

Portugal enfrenta hoje um bloqueio estrutural no acesso à habitação, resultante de:

- Um défice de construção nova, que não acompanha o crescimento da procura;
- Burocracia excessiva nos licenciamentos, que atrasa e encarece os projetos;
- Uma oferta muito concentrada nas grandes cidades, sem soluções nas zonas periféricas ou no interior;
- Um excesso de regulação em certos segmentos, que desincentiva o investimento no arrendamento de longo prazo.

Isto leva a preços elevados e à instabilidade para milhares de famílias.

Número de casas construídas por década

1981 1991	1991 2001	2001 2011	2011 2021
772 mil	864 mil	840 mil	111 mil

Fontes: INE e Instituto +Liberdade

A habitação é um direito essencial e uma condição base para a liberdade individual. Ter uma casa acessível, segura e condigna é um pré-requisito para que qualquer pessoa possa viver com autonomia, estabilidade e dignidade.

Queremos uma política habitacional que favoreça a construção, a reabilitação e o arrendamento, através de mecanismos inteligentes de regulação, incentivo fiscal e parceria com o setor privado e cooperativo.

Uma abordagem liberal, eficaz e humana

A solução está em:

- Libertar o potencial do setor privado e cooperativo, com incentivos bem desenhados;
- Simplificar e acelerar os processos urbanísticos, com regras claras e decisões rápidas;
- Apoiar diretamente as famílias vulneráveis, em vez de distorcer o mercado para todos.

A habitação deve ser um ecossistema dinâmico, acessível e sustentável, que responda com flexibilidade às necessidades das pessoas.

Queremos para resolver o problema habitacional:

• Promover um mercado habitacional mais dinâmico e acessível, com incentivo ao aumento da oferta de arrendamento dando segurança aos arrendatários;
• Implementar Políticas públicas que simplifiquem e incentivem a construção, o licenciamento, e a reabilitação;
• Desenvolver um Programa Nacional de Mobilização de Solos Públicos para Habitação, em regime de parceria com as autarquias, privados e cooperativas, garantindo mais oferta no mercado.
• Desenhar Planos Urbanos sustentáveis que respeitem o ambiente, com ordenamento turístico, e que promovam uma melhor qualidade de vida.
• Descentralizar para retirar pressão urbanística das principais cidades.

FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO

POTENCIAR O MAR COMO ESTRATÉGIA ECONÓMICA DIFERENCIADORA

Portugal possui uma riqueza estratégica única: 95% do seu território está no mar. No entanto, este recurso extraordinário continua largamente subaproveitado.

O **Partido Liberal Social** defende que o Mar deve ser uma prioridade estratégica nacional, não apenas pela sua dimensão geográfica e cultural, mas como motor de desenvolvimento económico, inovação tecnológica e ecológica.Portugal tem uma posição privilegiada para liderar neste setor.

Investir no Mar é investir no futuro de Portugal. A economia do mar representou 3 a 4% da economia global entre 1995 e 2020. O Mar é o nosso futuro — e é no Mar que Portugal pode afirmar a sua diferença no mundo.

O potencial da Economia Azul

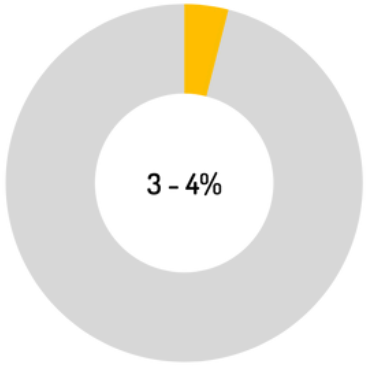
O relatório "The Ocean Economy to 2050" da OCDE reforça que a economia do oceano será um dos grandes motores de crescimento, emprego e inovação no mundo até 2050.

De acordo com o relatório da OCDE "The Blue Economy in Cities and Regions", os principais motores da economia azul são:
• Criação de emprego (90%);
• Crescimento económico regional e nacional (88%).

A economia do mar ou "economia azul" inclui setores como:

• Biotecnologia marinha;
• Energias renováveis oceânicas;
• Turismo costeiro e marítimo sustentável;
• Transporte e logística marítima;
• Pesca sustentável e aquacultura;
• Proteção e recuperação de ecossistemas marinhos.

A economia do mar na economia global entre 1995 e 2020



Fonte: "The Ocean Economy to 2050", OCDE 2025

Construir um ecossistema de inovação azul, envolvendo:

• Universidades e centros de investigação, promovendo ciência aplicada e inovação tecnológica;
• Empresas, incentivando o empreendedorismo azul, com especial enfoque em serviços, tecnologia e turismo sustentável;
• Administração pública, assegurando um quadro regulatório favorável, ágil e transparente.

Esta abordagem integrada permitirá criar sinergias que impulsionem o desenvolvimento económico e social, o emprego qualificado e a inovação, respeitando e protegendo os nossos recursos marinhos.

Queremos para apostar na economia do MAR:

• Criar a Estratégia Nacional da Economia Azul, com objetivos claros para investimento, inovação e proteção ambiental no setor do mar, envolvendo universidades, empresas e comunidades locais.
• Estabelecer Parques de Inovação Azul, junto a universidades e centros tecnológicos, para promover investigação aplicada dedicadas ao mar.
• Serviços de alta tecnologia ligados ao mar (energias renováveis, biotecnologia, cibersegurança marítima);
• Atividade de pesca e aquacultura sustentáveis e dinamizadoras da economia com revisão do papel dos diferentes agentes.
• Criar espaços de indústria relacionada com a atividade marítima.
• Lançar o Programa Turismo Azul Sustentável, com projetos que criem ofertas turísticas marítimas e costeiras inovadoras, de qualidade e com impacto ambiental controlado.
• Proteção e valorização ecológica, como base de longo prazo para todas as atividades económicas no oceano.

FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO

APOSTAR NA TECNOLOGIA E NA CIÊNCIA COMO PILARES DE DESENVOLVIMENTO

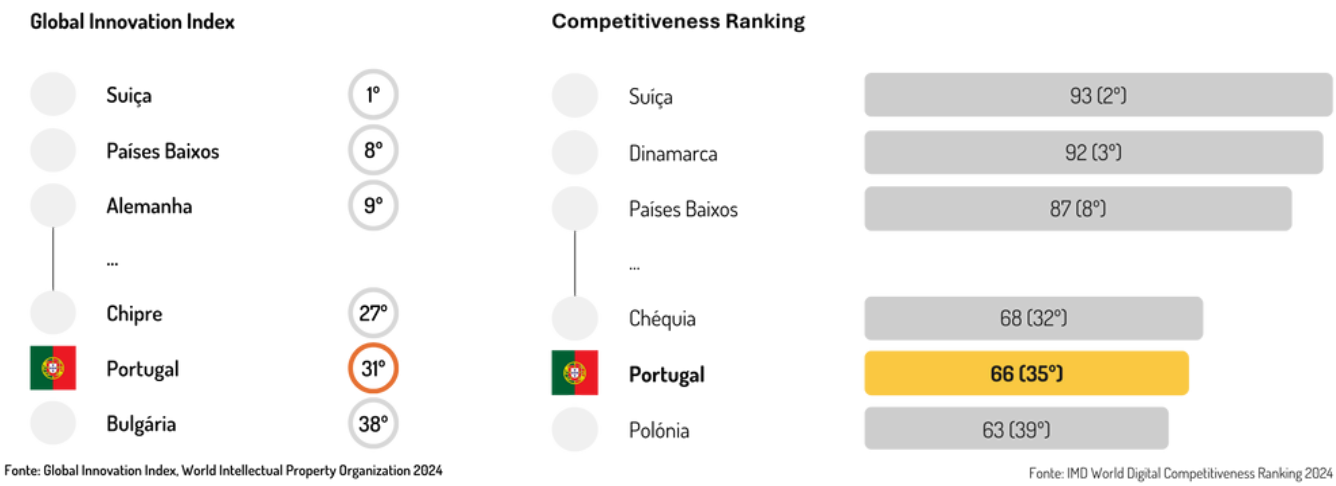
O crescimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dependem, cada vez mais, da aposta estratégica na ciência, na tecnologia e na gestão do conhecimento.

O **Partido Liberal Social** acredita que estas áreas devem ser pilares fundamentais da política de desenvolvimento nacional, com futuro e com valor acrescentado na produtividade. Investir em ciência e tecnologia não é apenas apostar na competitividade económica: é investir na liberdade, na educação, na saúde, no bem-estar e na sustentabilidade de toda a sociedade.

Ciência e tecnologia: motores do futuro

Os dados do Global Innovation Index 2024 demonstram que os países que mais investem em ciência e inovação - como a Suíça, os Países Baixos e a Dinamarca estão entre os líderes mundiais em:

- Desenvolvimento económico sustentável;
- Qualidade de vida;
- Capacidade de adaptação tecnológica;
- Criação de emprego qualificado.



O desafio da transformação digital

A transformação digital da administração pública é uma das chaves para uma economia mais eficiente e transparente. Exemplos como o da Estónia mostram o potencial desta mudança:
• 99% dos serviços públicos online;
• Poupança equivalente a 2% do PIB nacional (Fonte: Primeiro-Ministro da Estónia, 2016).

A digitalização permite:

- Simplificar processos administrativos;
- Reduzir a burocracia e os custos de contexto;
- Aumentar a transparência e combater a corrupção;
- Melhorar a qualidade dos serviços públicos.
- Poupanças de custos de contexto

As medidas de forte digitalização do Estado, tendo impacto na qualidade e disponibilidade dos serviços públicos aos cidadãos, têm um impacto enorme na organização e gestão do Estado, com a consequente redução de custos. Esta redução de custos permitirá não só financiar os investimentos necessários como uma desejável baixa de impostos.

Queremos para Portugal Digital:

• Apoiar a Inovação e Ciência de forma determinada, para apoiar projetos de investigação aplicada, startups tecnológicas e inovação empresarial, em articulação com universidades e centros de investigação, de forma a concretizar o conceito de Indústria 4.0 nos diversos setores industriais de Portugal.
• Implementar a Digitalização Total da Administração Pública, com todos os serviços acessíveis online, garantindo eficiência, transparência e segurança de dados e estandardizando, ou integrando, a tecnologia existente na Administração Pública, eliminando os existentes sistemas tecnológicos obsoletos.
• Implementar planos de digitalização dos municípios, levando a cada município a dinâmica digital no serviço ao cidadão.
• Utilização de inteligência artificial para ganhos de eficiência e de produtividade, assim como criação e vantagens competitivas nos objetivos estratégicos locais.
• Lançar um Programa Nacional de Educação em Competências Digitais e Científicas, desde o ensino básico ao superior, promovendo a literacia digital, a programação, a robótica, a inteligência artificial e a sustentabilidade.

FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO

DEFENDER A ECOLOGIA COMO CULTURA DE DESENVOLVIMENTO

A preservação dos ecossistemas e a sustentabilidade dos processos humanos são hoje condições essenciais para o desenvolvimento económico, social e cultural.

O **Partido Liberal Social** defende que a ecologia deve estar no centro das políticas públicas e privadas, integrando a inovação, a ciência e a educação, como eixo estratégico para construir uma sociedade que assegure qualidade de vida às gerações presentes e futuras, preserve os ecossistemas, promovendo simultaneamente novas oportunidades económicas sustentáveis.

Só com uma cultura ecológica transversal conseguiremos garantir um país próspero, saudável e respeitador da natureza.

A ecologia não pode ser vista apenas como uma política de proteção ambiental — deve ser assumida como um motor de desenvolvimento económico e social.

O Environmental Performance Index rank, score, and regional rank 2024 coloca Portugal em 26º lugar.

Environmental Performance Index rank 2024

Fonte: Environmental Performance Index rank 2024

A Ecologia como Motor de Desenvolvimento

De acordo com o relatório European Green Deal, países que integram uma forte componente ecológica nas suas políticas públicas:

• Demonstram maior resiliência económica face a crises financeiras e ambientais;

• Apresentam melhor qualidade de vida e maior coesão social;

• Conseguem atrair mais investimento e criar mais emprego qualificado em setores emergentes.

Portugal tem condições únicas

— recursos naturais abundantes, biodiversidade rica, posição geoestratégica atlântica

— para ser uma referência na transição
para um modelo de desenvolvimento sustentável.

Queremos a ecologia no centro do desenvolvimento social e económico:

• Integrar a Educação Ecológica no Currículo Obrigatório, desde o ensino básico até ao secundário, com programas práticos de contacto direto com os ecossistemas.

• Um Plano Nacional Macro de Transição Ecológica, que inclua uma visão macro clara para todos, metas vinculativas para renaturalização, descarbonização, economia circular, gestão da água e proteção da biodiversidade, agregando múltiplos projetos, simplificando a compreensão e a ação de municípios, estado central, cidadãos e empresas.

• Apoio à inovação ecológica, com incentivos para startups e projetos de investigação ligados à sustentabilidade.

• Apoiar projetos empresariais, científicos e sociais que promovam tecnologias limpas, eficiência energética, economia circular e sustentabilidade ecológica.

• Proteção ativa dos ecossistemas, em especial do mar, da floresta e dos recursos hídricos;

APOSTAR NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

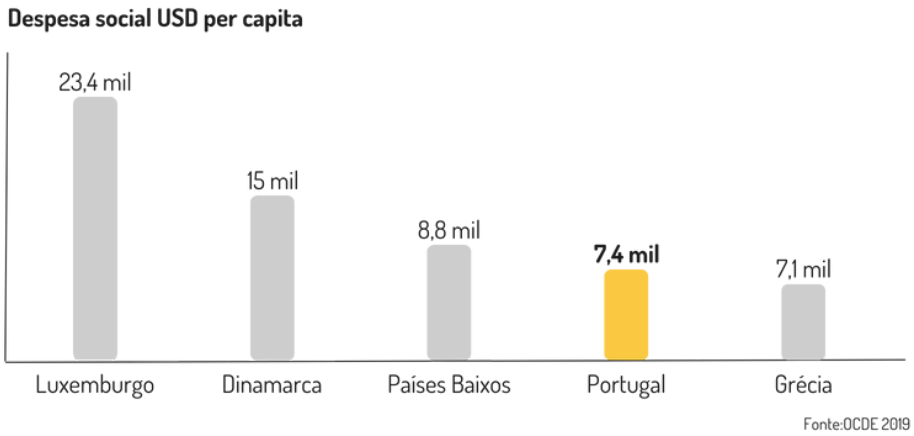
AGIR SOCIALMENTE COM COMPROMISSO

A proteção social é um dos pilares fundamentais de uma sociedade livre, justa e solidária.

O **Partido Liberal Social** defende um Sistema de Proteção Social moderno, que lute pela igualdade de oportunidades, e que assegure uma rede de apoio eficaz e sustentável para quem dela precisa, sem comprometer a liberdade individual nem criar dependências crónicas, num modelo de segurança social baseado num verdadeiro contrato social entre a sociedade e cada pessoa: responsável, transparente e centrado no cidadão.

Os países com mais liberdade económica são muitas vezes quem mais investe em social.

Por outro lado temos um problema de sustentabilidade da Segurança Social. Podemos ler na Auditoria do Tribunal de Contas ao “Relatório sobre a Sustentabilidade Financeira Segurança Social" : Considerando o conjunto das responsabilidades financeiras futuras para o Estado Português no domínio da proteção social de natureza contributiva, que compreendem o SP e o RPSC, verifica-se que os ativos não são suficientes para cobrir todos os passivos, existindo um saldo atuarial negativo de 228 mil M€ (-96,1% do PIB real de 2023)...



Uma segurança social sustentável e independente

O atual sistema português enfrenta riscos sérios de sustentabilidade. Sem reformas profundas, a sua capacidade de proteger as gerações futuras estará comprometida.

• Segundo dados da PORDATA, até 2050, 35% da população portuguesa terá mais de 65 anos;

• O envelhecimento demográfico, aliado à baixa taxa de natalidade e à emigração jovem, coloca pressão insustentável sobre o sistema contributivo atual.

Portugal precisa urgentemente de reformar a segurança social, tornando-a:

• Sustentável financeiramente;

• Independente dos ciclos políticos e do populismo eleitoralista;

• Focada em garantir igualdade de oportunidades e não apenas assistência.

Uma segurança social moderna não se mede apenas pela quantidade de apoios concedidos, mas pela capacidade de promover a autonomia, a dignidade e a inclusão dos seus beneficiários.

O modelo deve combinar solidariedade com responsabilidade, para que cada cidadão sinta que o esforço coletivo está a construir uma sociedade mais justa e sustentável.

Queremos

• Uma Segurança Social de gestão Autónoma, separado do orçamento do Estado, e da manipulação política, com gestão técnica independente e regras transparentes, para garantir a sustentabilidade a longo prazo.

• Reformular o Modelo Contributivo, permitindo aos cidadãos e empresas criar e aceder a diferentes regimes de contribuição e indo de encontro a modelos sustentáveis no longo prazo.

• Haja diversificação de fontes de financiamento, reduzindo a dependência exclusiva das contribuições laborais.

• Implementar um Sistema de Apoios Baseado em Diagnóstico individualizado, focado em ajudar cada beneficiário a construir um percurso de autonomia, com planos personalizados de reintegração social e profissional, assegurando os apoios sejam direcionados a quem realmente necessita;

APOSTAR NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

PROMOVER UMA EDUCAÇÃO CENTRADA NAS COMPETÊNCIAS PESSOAIS

O futuro de Portugal depende da capacidade de preparar as novas gerações para um mundo em constante transformação.

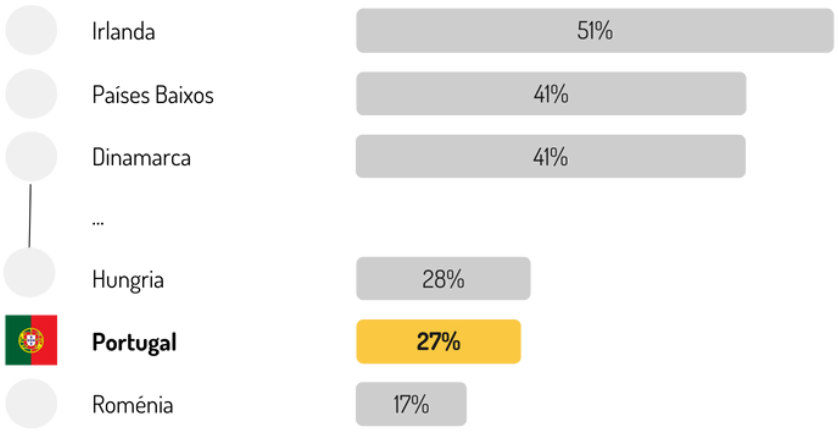
O **Partido Liberal Social** defende uma educação centrada no aluno, focada na aquisição de competências, no desenvolvimento pessoal e na autonomia de pensamento.

Portugal é um dos países europeus com a menor taxa de escolaridade de ensino superior na população entre os 25 e os 74 anos. Portugal ainda apresenta:

- Elevados níveis de abandono escolar em alguns territórios;
- Um sistema educativo excessivamente centralizado e normativo, que dificulta a inovação pedagógica;
- Baixos níveis de literacia económica e digital na população, limitando o potencial de desenvolvimento individual e coletivo.
- Incapacidade de recuperação de alunos com atrasos estruturais na aprendizagem.

Precisamos de libertar as escolas da rigidez burocrática e confiar mais nos seus professores, diretores e comunidades educativas.

Taxa de escolaridade de ensino superior na população entre os 25 e os 74 anos



Fonte: Estatísticas sobre o nível de instrução, Eurostat 2023

Exemplos internacionais

Sistemas educativos como os da Finlândia, Países Baixos ou Canadá mostram que dar autonomia às escolas e focar a aprendizagem no desenvolvimento de competências resulta em:

• Melhor desempenho académico;
• Maior motivação dos alunos;
• Cidadãos mais preparados para o mercado de trabalho e para a vida democrática.

A educação não pode limitar-se à transmissão de conteúdos: deve formar cidadãos livres, responsáveis, criativos e preparados para enfrentar os desafios sociais, económicos e tecnológicos do século XXI. A educação deve deixar de ser apenas preparação para exames e passar a ser preparação para a vida.

O World Economic Forúm apresentou as competências esperadas para o presente e futuro das novas gerações no projeto Core Skills em 2030 – World Economic Forúm, que deve ser objeto da nossa análise.

Queremos para o desenvolvimento das novas gerações:

• Dar Autonomia Curricular e de Gestão às Escolas, permitindo a adaptação dos programas e métodos de ensino ao contexto local, dentro de um quadro nacional de competências essenciais.
• Criar o Plano Nacional de Competências para o Século XXI, integrando obrigatoriamente no currículo a literacia digital, financeira, ecológica, cívica e socioemocional e integrando a valorização dos professores como chave para a sua concretização.
• Desenvolver competências transversais nos alunos — pensamento crítico, criatividade, resolução de problemas, comunicação, trabalho em equipa e literacia em diferentes áreas;
• Estimule o espírito empreendedor, a capacidade de inovação e a responsabilidade social.
• Implementar um Sistema de Avaliação Focado no Desenvolvimento de Competências, complementando exames tradicionais, com projetos, portfólios e avaliações práticas, centradas no progresso individual.

AGENTES DE MUDANÇA

PARTIDO
LIBERAL SOCIAL

WWW.PARTIDOLIBERALSOCIAL.PT